

REPENSANDO AS CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO¹

Beatriz Ribeiro SOARES²

O processo de globalização e o desenvolvimento tecnológico vêm redefinindo o papel das cidades denominadas médias ou intermediárias na organização urbana, tendo em vista sua vitalidade econômica, altas taxas de crescimento populacional e índices de qualidade de vida, porquanto são diferentes os níveis de integração dos lugares e, sendo assim, as cidades integram-se na rede urbana mundial com ritmos e intensidades diferentes, em decorrência de aspectos que envolvem questões políticas, econômicas, sociais e culturais. Nesse contexto, essas aglomerações vêm assumindo um papel importante na dinâmica territorial brasileira promovendo a desconcentração de pessoas e atividades, apresentando possibilidade de minimizar alguns problemas que ocorrem no seu espaço.

As preocupações e os recentes estudos sobre cidades médias no Brasil estão relacionados ao:

- lugar que essas aglomerações vêm ocupando na organização espacial brasileira, a partir da intensificação da globalização;
- agravamento das relações sociais e condições de vidas nas grandes cidades;
- frágil organização da rede urbana brasileira e suas relações sócio/econômicas;
- necessidade de rediscussão do conceito de rede e suas vinculações com a dinâmica urbana;
- significado na articulação do território nacional tendo em vista a diversificação do setor de comércio e serviços; investimentos industriais; instalação de equipamentos públicos e privados; desenvolvimento de redes de transporte e comunicação; influência regional e altos índices de qualidade de vida.

Até a década de 60, definir ou conceituar uma cidade média era muito complexo devido à sua ambigüidade, tendo em vista a diversidade de formas e tamanhos, que variavam no espaço e no tempo. A partir de meados dos 70, temas relacionados às mesmas deram uma contribuição significativa em termos de planejamento urbano/regional.

Com relação ao Brasil, as primeiras preocupações governamentais com essas aglomerações foram apresentadas no II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento, que discutia a necessidade de fortalecer as metrópoles regionais e as cidades de porte médio. Entre os anos de 1976 e 1977 foi elaborado, a nível federal, um programa nacional para essas aglomerações, que propunha uma ação revitalizadora das mesmas, justificadas nas diretrizes de política territorial do II PND, conhecido como Programa para as Cidades de Porte Médio, que na sua primeira etapa privilegiou apenas projetos intra-urbanos, beneficiando somente 76 cidades, com populações com menos de 50.000 habitantes. Esse programa foi desenvolvido em duas etapas, sendo a segunda ampliada tanto no que diz respeito ao número de cidades envolvidas (115) e quanto àquelas com população acima de 50.000 habitantes. Esses projetos levaram, ainda que para poucos municípios brasileiros, a compreensão por parte dos gestores públicos das realidades regionais e nacionais.

¹ Palestra proferida junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia em 18 de junho de 1998.

² Departamento de Geografia - Universidade Federal de Uberlândia - 38.408-100 - Uberlândia - MG - Brasil.

Esse conjunto de centros urbanos tem, na atualidade, um importante desempenho no desenvolvimento urbano nacional, pois pode proporcionar um maior equilíbrio interurbano; possibilita a interrupção do fluxo migratório em direção às metrópoles; apresenta uma intensa vida de relações para as pessoas que ali residem; demonstra influência na organização econômica regional/nacional.

De acordo com Amorim Filho (1984, p.11):

A cidade média é cada vez mais necessária porque representa uma das alternativas de manutenção do sistema sócio/econômico vigente, não importando aqui, em última análise, sua orientação ideológica. O mau funcionamento gerado pela concentração exagerada de homens, de atividades e de capitais tem que ser corrigido de algum modo: nesse caso, as cidades médias representam válvulas de desconcentração que conseguem minimizar o mau funcionamento.

E mais, elas expressam, segundo o mesmo autor, *uma necessidade e como algo inevitável na fase atual de evolução da sociedade* Amorim Filho (1984, p.11).

Atualmente, elas são caracterizadas por altas taxas de crescimento, tanto populacional como econômico; por sua geração de empregos, que absorvem números expressivos de força de trabalho; por apresentarem altos índices de qualidade de vida; por sua especialização econômica, particularmente no que diz respeito à diversificação e concentração de atividades comerciais e de serviços; pela existência de redes de transporte, comunicação e informação modernas; enfim, as mesmas são difusoras de inovações e desenvolvimento para as cidades sob sua área de influência.

Entretanto, deve-se ressaltar que existem diferenças quanto à identificação dessas cidades e devem ser considerados critérios demográficos, bem como os condicionantes e determinantes relacionados às transformações que se processam no desenvolvimento econômico dos países.

Com relação aos critérios quantitativos de tamanho populacional, a definição mais recente para essas cidades, proposta pela ONU (1991), é a de que as mesmas podem ser agrupadas entre 100.000 a 1 milhão de habitantes. De acordo com o grupo GRAL/CREDAL (1994, p.130),

L'ONU, a elle même adapté ses classements à l'évolution de l'urbanization en proposant d'abord un seuil plafond de 500.000 habitants (en 1960) avant de le porter à 1 million (en 1991) tout en introduisant au-dessus de la grande ville la notion nouvelle de megacity plus de quatre million en 1981, plus de huit em 1991.

No entanto, esses números são diferenciados, pois existem divergências quanto ao tamanho populacional e tamanho ideal dessas aglomerações no mundo. Para os anos 70/80, os critérios demográficos para definição do tamanho das cidades médias no mundo era de 20.000 e 250.000 habitantes, mas podiam variar segundo nações e regiões. Com relação aos países da chamada União Européia, nos anos 70, particularmente para a França e Alemanha, o tamanho populacional das mesmas girava em torno de 20.000 e 100.000 habitantes (Lajugie, 1974 apud Amorim, 1984). No mesmo período, para a antiga URSS, os números oscilavam entre 50.000 e 100.000 (Khorev, 1974 apud Amorim, 1984); para os países africanos, entre 20.000 e 50.000 (Cotten, 1973 apud Amorim, 1984) e para os asiáticos entre 20.000 e 250.000 habitantes.

Com relação ao Brasil, os números também são divergentes, segundo os institutos de pesquisas e estudos científicos, e também diferem segundo o momento histórico. Para Andrade e Lodder (1979), essas cidades tinham entre 50.000 e 250.000 no final dos anos 70. Caiado (1995), estudando as cidades paulistas constata que as mesmas têm um tamanho populacional entre 250.000 e 500.000 na década de 90. Segundo critérios oficiais do IBGE, as aglomerações brasileiras consideradas cidades médias têm população entre 100.000 e 500.000 habitantes para o mesmo período.

Para as instituições oficiais existe uma certa concordância em classificá-las segundo os critérios populacionais, tendo em vista as facilidades e pouca complicação com o tema, não sendo considerados outros aspectos também muito importantes para a sua compreensão. Todavia, de acordo com especialistas de todo o mundo, não podemos conceber uma classificação feita apenas sob critérios populacionais, porquanto os mesmos são incompletos e apresentam uma concepção de urbanização centrada nos aspectos demográficos, não reconhecendo que esse processo é muito mais complexo, envolvendo as dimensões econômica, política, social e cultural.

Para Amorim Filho (1984, p.9) as cidades médias devem apresentar os seguintes atributos:

- *interações constantes e duradouras tanto com seu espaço regional, quanto com aglomerações urbanas de hierarquia superior;*
- *tamanho demográfico e funcional suficientes para que possam oferecer um leque bastante largo de bens e serviços ao espaço microrregional a elas ligado;*
- *capacidade de receber e fixar os migrantes de cidades menores ou da zona rural, através do oferecimento de oportunidades de trabalho, funcionando, assim, como pontos de interrupção do movimento migratório na direção das grandes cidades, já saturadas;*
- *condições necessárias ao estabelecimento de relações de dinamização com o espaço rural microrregional que as envolve;*
- *diferenciação do espaço intra-urbano, com um centro funcional já bem individualizado e uma periferia dinâmica, evoluindo segundo um modelo bem parecido com o das grandes cidades, isto é, através da multiplicação de novos núcleos habitacionais periféricos;*
- *aparecimento, embora evidentemente em menor escala, de certos problemas semelhantes aos das grandes cidades, como por exemplo, a pobreza das populações de certo setores urbanos.*

As cidades médias também devem ser definidas pelo lugar que ocupam na rede urbana, no sistema econômico global, ou seja, suas relações são feitas tanto em nível local como em escala nacional ou internacional, tendo em vista as modernidades tecnológicas presentes nesses territórios.

Soares e Ramires (1997, p.4) estudando a questão afirmam que:

Para compreender a dinâmica dessas aglomerações e seu lugar no sistema urbano nacional é necessário conhecer a natureza de suas funções; seus níveis de especialização econômica; qualidade dos serviços e da população, particularmente, no momento atual, pois os mecanismos da globalização e flexibilização das atividades econômicas vêm possibilitando uma grande adaptação com relação aos fatores de localização dos bens e serviços, tendo em vista que as grandes empresas nacionais e/ou internacionais procuram localizações competitivas para instalar suas filiais. Do mesmo modo, as elites locais participam desse processo de formas diversas, se readaptando à nova realidade como maneira de garantir sua sobrevivência no poder.

Enfim, devem ser consideradas para identificação das cidades médias diversas variáveis como: tamanho demográfico, qualidade das relações externas, especialização e diversificação econômica, posição e sua importância na região e na rede urbana de que faz parte, organização espacial e índices de qualidade de vida; atributos que podem variar de região para região, de país para país, tendo em vista sua formação histórico/geográfica, que é diversificada segundo sua localização espacial. Desse modo, podemos dizer que as cidades médias ou intermediárias são definidas pelo lugar que ocupam não apenas na rede urbana, mas também no sistema econômico global.

Entretanto, para Amorim Filho (1984), mesmo havendo algum consenso quanto à identificação dessas cidades, sua definição apresenta alguns aspectos complexos,

particularmente quando as mesmas estão classificadas no limiar das cidades pequenas, de um lado e das grandes, de outro.

De acordo com uma pesquisa desenvolvida na França por um grupo de especialistas do GRAL/CREDAL (1991), as características geográficas das cidades médias ou intermediárias e muito diversificada, tanto em escala continental como nacional. Em seu estudo sobre a vitalidade econômica dessas cidades nos países latino americanos, os pesquisadores as caracterizam como: centros de expansão recente; centros de expansão antigos; cidades costeiras; cidades de fronteiras; centros interiores; cidades agro-industriais e cidades industriais portuárias. Nessa classificação pode-se incluir, para o caso brasileiro, as cidades que compõem as regiões metropolitanas, que na atualidade abrigam um contingente expressivo de população e serviços, bem como aquelas denominadas por Santos (1994) grandes cidades médias que possuem certos componentes metropolitanos.

Davidovich (1992) questiona no Brasil de hoje a existência de um sistema urbano brasileiro único, tendo em vista a ação de diferentes processos produtivos, políticos e sociais afetando de forma diferenciada a organização espacial, podendo-se falar de distintos contextos urbanos.

A representação concreta dos contextos da urbanização remete a conjuntos de cidades submetidas a um encadeamento, conduzido, por uma determinada lógica ou por um motor específico. Elos e interrelações são desenvolvidos por políticas e interesses hegemônicos num dado tempo e num dado espaço, dando suporte a certas formas de conexão, que tendem a desenhar novas conformações no espaço urbano (Davidovich,, 1992, p.134).

Nesse contexto, a referida autora identifica na organização espacial urbana brasileira atual as aglomerações que vêm apresentando altos índices de crescimento populacional, fruto do processo de internacionalização dos lugares, que têm ritmos e intensidades diferenciadas:

- a) os grandes espaços metropolitanos;
- b) as cidades do interior afetadas pelos programas de modernização da agricultura destinadas à exportação;
- c) as cidades afetadas pelo desenvolvimento das atividades de turismo e lazer;
- d) as cidades inseridas no mundo Amazônico e do espaço nordestino;
- e) as cidades afetadas pelo projeto do Mercosul.

Contudo, essa divisão não pode ser classificada com rigidez, no que diz respeito às considerações espaciais e temporais, mas, revelam o forte processo de fragmentação do território brasileiro e a complexificação de suas relações sociais, políticas e econômicas, marcadas pela hegemonia do desenvolvimento tecnológico e pelo processo de globalização.

As transformações no sistema econômico brasileiro, com a implantação do modelo neoliberal que preconiza a abertura econômica, redefinição do papel do Estado, desenvolvimento tecnológico vêm trazendo profundas mudanças na sociedade e, conseqüentemente, em suas cidades, em especial no que diz respeito à hierarquização da rede urbana na qual as cidades médias assumem um novo significado. Assim sendo, observa-se nas últimas décadas um crescimento expressivo nas aglomerações com populações entre 100.000 e 1 milhão de habitantes, enquanto que nas grandes metrópoles as taxas de crescimento populacional têm estacionado ou mesmo decaído. Alguns autores afirmam que estaríamos presenciando um processo de involução metropolitana, enquanto outros destacam a existência associada de metropolização e de uma disseminada desse processo para outros contextos urbanos.

Segundo estatísticas do GRAL/CREDAL apud Moriconi Ebrad (1994, p.128), na América do Sul, entre os anos 1950 e 1980, as taxas de crescimento das metrópoles passaram de 50,1% em 1950 para 39% em 1980; entretanto, nas áreas não metropolitanas, no mesmo período, o crescimento foi de 16,7% e 37,4%, respectivamente. Esses números demonstram as transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas nos países sul-americanos a partir dos anos 60, que se materializaram em seus espaços urbanos.

Com relação ao Brasil, Santos (1993) mostra que as taxas de urbanização cresceram significativamente pois em 1940 eram de 26,35% e em 1991 passaram para 75,6%, ou seja, em cinquenta anos a população urbana se multiplicou várias vezes; na atualidade mais de 78% do total da população vive em cidades, conforme pode ser observado na TABELA abaixo:

TABELA 1 - BRASIL - POPULAÇÃO - ANOS 1940/1996

ANO	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO URBANA	%
1940	41.252.944	10.870.150	26,3
1950	51.944.397	18.782.891	36
1960	70.070.457	31.303.034	44,6
1970	93.139.037	52.084.984	55,9
1980	118.002.706	80.436.409	68,1
1991	146.825.475	110.990.990	75,5
1996	157.079.573	123.082.167	78,35

Fonte: FIBGE. Censos Demográficos 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991. FIBGE. Contagem Populacional - 1996.

A TABELA 2 apresenta o crescimento populacional dos municípios brasileiros entre os anos 1950 e 1996, em que podemos observar o expressivo crescimento das cidades médias após os anos 70, período em que o país passou por um processo de modernização econômica. Todavia, essas aglomerações aumentaram significativamente em número e população entre os anos 1980 e 1991, e esses dados não demonstram a complexa organização territorial e urbana do país, que tem diferenças marcantes entre suas regiões, visto que estas materializam as diferenças na divisão interregional do trabalho e as condições históricas de cada região, apresentando-se como elementos importantes na compreensão desse processo recente.

TABELA 2 - BRASIL: MUNICÍPIOS POR CLASSES DE TAMANHO POPULACIONAL, 1950/1996

ANOS	TOTAL	Até 20.000	20.000 a 100.000	100.001 a 500.000	500.001 a 1.000.000	Mais de 1.000.000
1950	1887	1791	85	8	1	2
1960	2763	2591	141	25	2	4
1970	3952	3649	245	49	4	5
1980	3991	3463	401	113	7	7
1991	4491	2975	1330	161	13	12
1996	4.974	3453	1314	180	15	12

Fonte: FIBGE. Censos Demográficos 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991. FIBGE. Contagem Populacional - 1996.

Segundo dados apresentados pela Revista Veja (11 mar. 1998), nesta última década as taxas de crescimento populacional/ano no Brasil foram as seguintes:

TABELA 3 - BRASIL: CIDADES - CRESCIMENTO POPULACIONAL - 1996

CRESCIMENTO POPULACIONAL	%
Cidades pequenas com até 100.000 hab.	1,08
Cidades médias de 100.000 a 500.000 hab.	2,22
Cidades grandes de 500.000 e mais hab.	1,23
Brasil	1,38

Fonte: FIBGE. Contagem Populacional - 1996.

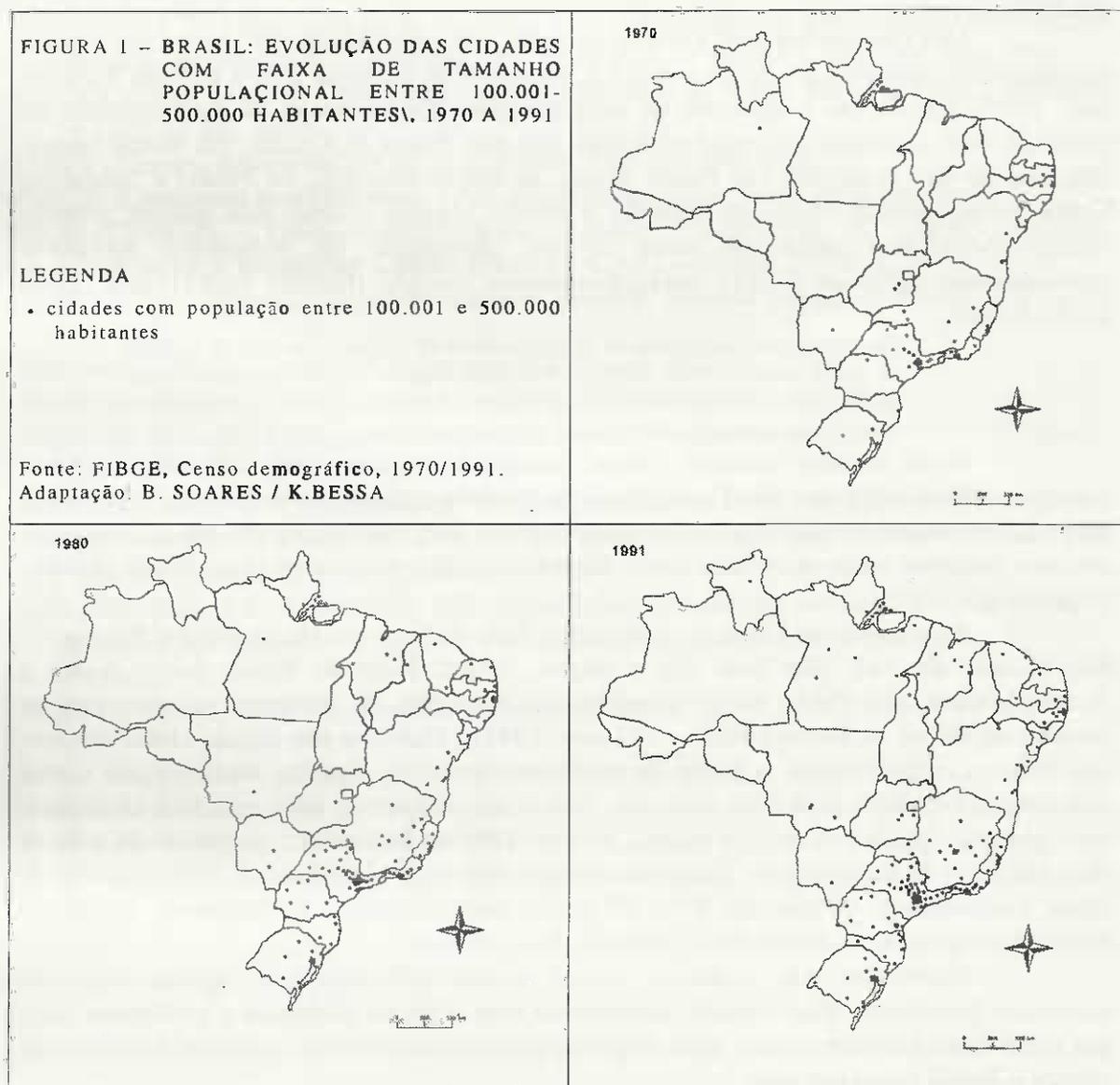
Traduzindo, em meados dos anos 90, do total de 156 milhões de brasileiros, 41,5 milhões viviam em grandes cidades, 36,6 milhões em cidades médias e 78 milhões em cidades pequenas (FIBGE, 1996). Particularmente entre os anos 1980 e 1991, ocorreu um aumento significativo com relação ao número e tamanho de cidades, decorrente do processo migratório presente em todo o Brasil, como podemos observar na TABELA 4.

TABELA 4 - BRASIL: MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ENTRE 100.000 E 500.000, 1980/1991

ESTADOS	Nº DE MUNICÍPIOS		TOTAL DE POPULAÇÃO		% EM RELAÇÃO AO ESTADO	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Rondônia	1	1	133.898	286.400	27	25,0
Acre	1	1	177.103	196.923	58,7	47,2
Roraima	-	1	-	142.813	0	30,0
Pará	1	6	191.950	827.555	0,6	16,0
Amapá	1	1	111.061	179.609	63,3	62,1
Tocantins	-	1	-	103.396	0	11,2
Maranhão	4	5	853.708	757.222	21,3	15,2
Piauí	2	1	439.955	127.986	20,5	5,0
Ceará	2	4	239.378	330.366	4,5	5,2
Rio Grande do Norte	2	1	547.848	191.959	28,8	8,0
Paraíba	2	2	577.762	823.367	20,8	25,7
Pernambuco	6	9	1.112.240	1.315.747	18	18,5
Alagoas	2	1	523.775	165.347	26,4	6,6
Sergipe	1	1	293.131	401.244	25,7	26,9
Bahia	5	8	854.656	1.528.377	9	13,0
Minas Gerais	11	17	2.008.731	3.395.775	15	21,5
Espírito Santo	6	7	922.302	1.389.433	45,5	53,5
Rio de Janeiro	10	13	2.255.709	2.883.972	20	22,9
São Paulo	30	41	6.021.639	8.425.519	24	27,0
Paraná	7	11	1.148.394	1.961.935	15	23,3
Santa Catarina	5	8	812.005	1.491.411	22,4	32,9
Rio Grande do Sul	10	15	1.582.075	2.713.474	20,3	29,7
Mato Grosso do Sul	2	1	392.764	135.779	28,7	7,6
Goiás	1	3	180.015	624.630	5,7	15,5
Mato Grosso	1	3	209.553	687.827	18,4	34,0
BRASIL	113	161	21.589.647	31.088.066	18,1	21,3

Fonte: FIBGE. Censos Demográficos 1980/1991.

Quanto à sua distribuição territorial no Brasil, de acordo com o Censo Demográfico de 1991, observamos que ocorre uma expressiva concentração das mesmas na região Centro Sul, particularmente nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, que juntos somam um total de 86 cidades, ou seja, 53,41 % e em termos populacionais somam 17.418.740 pessoas e 56% total de população das cidades médias brasileiras (FIBGE, 1991) que pode ser observado no MAPA abaixo.



Essas aglomerações vêm passando por intensas transformações tendo em vista a implantação de novos e sofisticados serviços, particularmente no que diz respeito aos serviços logísticos, de informação, de comunicação, de transportes, educacionais, turísticos, entre outros. E, sendo assim, apresentam - se como lugares confortáveis de se viver pois os *males* das grandes metrópoles, tais como congestionamentos no trânsito, alto custo de vida, poluição e violência são menos visíveis na cena urbana, e formam o que Davidovich (1992) denomina de Brasil urbano não metropolitano

Davidovich (1992) mostra também que as cidades médias do interior brasileiro tiveram um expressivo movimento de expansão no início da década de 80, gerando cerca de 2 milhões e meio de empregos, enquanto que a recessão propagava-se progressivamente nos grandes centros urbanos. Essas aglomerações, segundo a autora, passaram a ser consideradas os *redutos da classe média*, apresentadas na mídia nacional como portadoras de uma qualidade de vida inigualável; a existência de universidades importantes e hospitais qualificados; rede de supermercados e *shopping center*; sendo também apresentadas como o *locus* do trabalho intelectual, de onde se obtêm as informações necessárias ao processo produtivo.

Nos últimos tempos, a mídia nacional vêm constantemente discutindo o papel desempenhado por esse grupo de cidades e, no início do corrente ano, a Revista Veja (11 mar. 1998) apresentou o resultado de uma pesquisa que apontava as mais atrativas do ponto de vista econômico e social no Brasil. São elas Poços de Caldas, em Minas Gerais; São José do Rio Preto, em São Paulo; Ilhéus, na Bahia; Maringá, no Paraná e Sobral, no Ceará. Essas cidades oferecem segundo o estudo *retorno a uma vida que as grandes cidades brasileiras ofereciam antes de ser atropetadas de indigentes, mendigos, criminalidade, tráfico de drogas, congestionamento, loucura*. (Revista Veja (11 mar. 1998, p. 71). E mais,

Essa nova onda migratória só se tornou possível porque o coreto e as pombas da praça central, o céu aberto, o horizonte largo e o ar despoluído ficaram mais perto. Estão cabeados por TVs pagas, antenados a satélite, plugados na Internet e o aeroporto é logo ali. (Revista Veja (11 mar. 1998, p.72).

Nesse mesmo contexto, outras cidades brasileiras como Joinville em Santa Catarina e São Carlos, em São Paulo que estão também capitalizando lucros e vantagens a partir da instalação da indústria tecnológica, que tem alto valor agregado, em seus espaços urbanos, também sendo apontadas como lugares especiais para se viver no Brasil (Revista Veja (11 mar. 1998).

As cidades de Uberaba, Uberlândia, Juiz de Fora em Minas Gerais; Pelotas, no Rio Grande do Sul; São José dos Campos, Bauru, Ribeirão Preto, Santo André e Araraquara em São Paulo, foram consideradas em 1995, as melhores cidades para se investir no Brasil. A Revista Exame (22 nov. 1995), elaborou um estudo classificatório, que indicou essas cidades, a partir do estabelecimento de algumas variáveis, tais como: indicadores logísticos (rodovias, ferrovias, hidrovias, aeroporto); infra-estrutura (densidade demográfica, ligações de água e esgoto, área do Distrito Industrial); qualidade da mão de obra (número de profissionais liberais e escolas técnicas); qualidade de vida (número de leitos hospitalares, escolas de 1º e 2º graus, universidades, asfaltamento, transporte coletivo, programas de habitação) e políticas de incentivos.

Entretanto, não podemos pensar nessas aglomerações apenas como os *eldorados* brasileiros. Elas também apresentam uma série de carências e problemas visto que estão inseridas num quadro mais amplo de questões econômicas, políticas e sociais que afetam o Brasil como um todo.

Nesse sentido, tornam-se imprescindíveis pesquisas sobre esse grupo de cidades visto que novos estudos podem contribuir muito para a compreensão dos espaços não metropolitanos que têm sido pouco investigados pelos estudiosos da cidade e do urbano, no período mais recente. Existe, então uma lacuna a ser preenchida, primordialmente quando se considera a projeção e a importância das cidades médias localizadas em diversas porções do interior brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM FILHO, Osvaldo B. Cidades médias e organização do espaço no Brasil. **Revista Geografia e Ensino**, Belo Horizonte: v.2, n.5, p.5-35, 1984.
- ANDRADE, T. , Lodder, c. **Sistema urbano e cidades médias no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979.
- CAIADO, Aurílio S. C. Dinâmica sócio espacial e a rede urbana paulista. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.9, n.3, p.56-63, 1995.
- DAVIDOVICH, Fany, Linhas de pesquisa para a geografia no Brasil: uma contribuição. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 54, n.4, p.7-27, out./dez. 1992.
- FERNANDES, Manuel. Cidades que atraem indústrias de ponta. **Revista Veja**, São Paulo, p.72-3, 22 abr. 1998.
- FIBGE. **Censos demográficos**. Rio de Janeiro: FIBGE, 1940-1991.
- FIBGE. **Contagem populacional**, 1996. (Erro! A origem da referência não foi encontrada.).
- GRAL/CREDAL. Villes intermédiaires, vitalité économique et acteurs sociaux. **Problemes d'Amérique Latine**, Paris, n.14, p.127-39, sep. 1994.
- JUNQUEIRA, Eduardo. O êxodo rumo ao interior. **Revista Veja**, São Paulo, p.70-8, 11 mar.1998.
- ROCHFORT, Michel. **Redes e sistemas**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SOARES, Beatriz R. **Uberlândia da "Cidade Jardim ao Portal do Cerrado": imagens e representações no Triângulo Mineiro**. São Paulo, 1995. Tese (doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.
- SOARES, Beatriz R., RAMIRES, Júlio César Lima. **As cidades médias e o contexto da globalização: reflexões a partir da realidade brasileira**. Uberlândia: s.n., 1997 (mimeogr.)
- TEMPERATURA máxima. **Revista Exame**, São Paulo, p.140-65, 22 nov. 1998.